

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$3 milhões, com base no lucro apurado no período de janeiro a maio de 2018, e nesse mesmo ato, aprovaram a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, referente ao período de janeiro e maio de 2018, no montante bruto de R\$38 milhões.

Em reunião realizada em 20 de junho de 2018 os representantes dos sócios, aprovaram as eleições dos Srs. Conrado Engel como Presidente do Conselho Consultivo, Miguel Gomes Ferreira, Luis Garcia-Lizquierdo Ruiz, Emilio Garcia de La Sierra e Carlos Rey de Vicente, como Conselheiros, para cumprirem mandato até 10 de março de 2020.

Em 18 de maio de 2018 os sócios decidiram alterar o Contrato Social da Sociedade para confirmarem a saída e destituição dos Srs. Daniel dos Santos Nascimento e Aquiles do Lago Salvador Mosca como administradores da Sociedade, e ratificaram a nomeação dos Srs. Eduardo Alves de Castro, Miguel Gomes Ferreira e Ricardo Fuscaldi de Figueiredo Baptista como administradores da Sociedade.

Em reunião realizada em 9 de abril de 2018 os representantes dos sócios, aprovaram a exoneração do Sr. Daniel dos Santos Nascimento da posição de administrador da Sociedade, para a qual foi eleito em 6 de outubro de 2017.

Os Administradores aprovaram em reunião realizada em 28 de março de 2018, a proposta de declaração e distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$7 milhões, com base no lucro apurado no período de janeiro e fevereiro de 2018, e nesse mesmo ato, aprovaram a proposta de declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, referente ao período de janeiro e fevereiro de 2018, no montante bruto de R\$28 milhões.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/18	31/12/17		Nota	31/12/18	31/12/17
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Disponibilidades	3	132	3	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		365	978
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda			32.331	Fornecedores		-	978
Aplicações Financeiras	4&18.e	543	32.331	Obrigações a Pagar	7	365	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		190.543	-	Provisões		48.967	33.195
Instrumentos de Dívida	4&18.e	190.543	-	Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares	6	37.394	26.083
Empréstimos e Recebíveis		56.086	-	Provisões para Processos Judiciais e Outras Provisões	9	11.573	7.112
Contas a Receber	7	-	56.086	Passivos Fiscais	8	42.252	31.336
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		57.191	-	Correntes		42.252	31.336
Recebíveis de Clientes	7	57.191	-	Outras Obrigações		110	3.658
Ativos Fiscais	17.b1	17.074	13.129	Total do Passivo		91.694	69.167
Correntes		796	-	Patrimônio Líquido			
Diferidos		16.278	12.380	Capital Social		2.029.194	2.029.194
Outros Ativos		4.144	3.956	Reserva de Lucros		190.642	56.043
Ativo Tangível	5.a	4.651	7.070	Ajustes de Avaliação Patrimonial		30	22
Ativo Intangível	5.b	2.037.825	2.041.851	Total do Patrimônio Líquido	10	2.219.866	2.085.259
Agio		2.023.980	2.023.980				
Outros Ativos Intangíveis		13.845	17.871				
Total do Ativo		2.311.560	2.154.426	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.311.560	2.154.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.029.194	34.743	-	-	2.063.937
Plano de Benefício a Funcionário		-	-	22	-	22
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	276.300	276.300
Dividendos com Base em Reserva Estatutária	10.b	-	(123.283)	-	-	(123.283)
Destinação do Lucro:						
Juros sobre Capital Próprio	10.b	-	-	-	(131.717)	(131.717)
Reserva de Lucros	10.c	-	144.583	-	(144.583)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		2.029.194	56.043	28	2.085.259	2.154.426
Plano de Benefício a Funcionário		-	-	8	-	8
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	294.599	294.599
Dividendos com Base em Reserva Estatutária	10.b	-	(20.979)	-	-	(20.979)
Destinação do Lucro:						
Juros sobre Capital Próprio	10.b	-	-	-	(139.021)	(139.021)
Reserva de Lucros	10.c	-	155.578	-	(155.578)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		2.029.194	190.642	30	2.219.866	2.311.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ("SBGR"), constituída na forma de sociedade empresária de responsabilidade limitada, domiciliada na Avenida Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - 18º andar, São Paulo, SP, tem como finalidade a administração de carteiras de valores mobiliários, por meio de fundos de investimento, clubes de investimento, carteira de títulos e valores mobiliários e de outros instrumentos legais permitidos pela legislação, realizando todas as atividades principais e acessórias a tais serviços.

A SBGR é uma sociedade integrante do Grupo Santander, controlada indiretamente pelo Banco Santander S.A ("Santander Espanha"), o qual detém 100% de participação direta do capital social das sociedades Santander Asset Management UK Holdings Limited ("Sam UK Holdings"), que participa com 2.029.191 cotas sociais que representam 99,9985% da empresa e da Santander Asset Management UK Holdings Ltd que detém 3 cotas sociais equivalente a 0,00015% do capital social.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda., foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os Administradores autorizaram a emissão das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2019.

O resultado e a posição financeira da entidade estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

Normas e interpretações que entraram em vigor após 31 de dezembro de 2018

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" (CPC 48) - aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração avaliou os impactos da implantação deste IFRS e concluiu que não há impactos relevantes para os itens i e iii.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção do IFRS 9 foram efetuadas utilizando o método retrospectivo modificado. Desta forma as informações foram reclassificadas conforme abaixo:

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R\$ Mil)	Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Ativos Financeiros IAS 39	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	32.331	32.331	-	190.543	Mensurados ao Custo Amortizado
	Empréstimos e Recebíveis	56.086	56.086	-	57.191	Mensurados ao Custo Amortizado
Total		88.417	88.417	-	247.734	

Efeitos da adoção do IFRS 9 nas carteiras de Ativos e Passivos Financeiros (em R\$ Mil)	Classificação original de acordo com o IAS 39	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações	Remensurações	Saldo em 01/01/2018	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Passivos Financeiros IAS 39	Ao Custo Amortizado	978	978	-	365	Mensurados ao Custo Amortizado
Total		978	978	-	365	

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa norma traz os princípios para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substitui o princípio de riscos e benefícios. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração avaliou que a adoção dessa norma não traz impacto significativo para as receitas operacionais da sociedade.

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2018

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC 06).

IFRS 16 - "Arrendamentos" (CPC 06) - elimina o conceito de arrendamentos operacionais e financeiros. De acordo com a IFRS 16, os arrendamentos são definidos como contratos que indicam direito de uso de um determinado período em troca de arrendamento. Com vigência para 1º de janeiro de 2019, substitui a orientação da International Accounting Standard - IAS 17, que diz respeito à classificação e a mensuração dos arrendamentos financeiros e operacionais. As principais mudanças que o IFRS 16 traz são: (i) reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento; (ii) O ativo de direito de uso deve ser mensurado ao custo e o passivo de arrendamento mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento; e (iii) os pagamentos do arrendamento serão descontados a valor presente com base na taxa de juros implícita do arrendamento. A Administração avaliou os impactos da implantação deste IFRS e concluiu que não haverá impactos relevantes.

IFRS 17 - "Seguros" (CPC 07) - trata da mensuração e reconhecimento dos contratos de Tratamento de Tributos sobre o Lucro tem aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019 e visa clarificar os procedimentos de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração disposto no IAS 12 de Tributos sobre o Lucro quando há incerteza sobre os tratamentos a serem adotados para os Tributos sobre o Lucro. De acordo com os métodos utilizados pela SBGR no tratamento das regras fiscais de Imposto de Renda, não ocorreram em 2018 incertezas nos cálculos do referido imposto.

c) Estimativas Utilizadas

Os resultados e a apuração do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Brasil Gestão de Recursos faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

• Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;

• Provisão para contingências;

• Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos; e

• Teste de Recuperabilidade do Ativo Intangível - Impairment.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Disponibilidades

Disponibilidades incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Ativos e Passivos Financeiros, regras até 31 de dezembro de 2017

i. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros foram incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado); essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.

• Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado" e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

• Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

• Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação consideradas como perdas permanentes, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação consideradas como perdas permanentes, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

• "Caixa e equivalentes de caixa";

• "Aplicações financeiras"; e

• "Contas a receber";

iii. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado); essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, dos derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou empréstimos ("posições vendidas"); e

• Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

• "Contas a pagar Coligadas";

v. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

a) Ativos e Passivos Financeiros, regras a partir de 31 de dezembro de 2018

i. Reconhecimento e mensuração inicial

A SBGR reconhece inicialmente os ativos, e passivos subordinados na data em que são originados.

Todos os outros instrumentos financeiros (inclusive compras e vendas regulares de ativos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que corresponde à data na qual a SBGR se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou passivo financeiro é mensurado inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de item não designado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação

Ativos financeiros

Nono reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado):

• "Instrumentos de Dívidas (ativo financeiro mensurado ao custo amortizado)"; e

• "Recebíveis de Clientes (ativo financeiro mensurado ao custo amortizado)".

iii. Avaliação do modelo de negócio

A SBGR avalia o objetivo de um modelo de negócio no qual um ativo é mantido em nível de portfólio, por melhor refletir como o negócio é administrado e que informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois (i) não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais (ii) nem mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros.

iv. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros

Para os fins desta avaliação, define-se "principal" como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se "juros" como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro.

Para avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, a SBGR considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, a SBGR considera:

- eventos contingentes que alterariam o valor e prazo dos fluxos de caixa;

- termos que limitem o direito da SBGR aos fluxos de caixa de ativos; e

- recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das taxas de juros.

v. Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após a SBGR alterar seu modelo de negócios para administrar os ativos financeiros.

vi. Baixa de Ativos financeiros

A SBGR baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a SBGR não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo (ou valor contábil alocado à parcela do ativo baixado) e a soma (i) da contraprestação recebida (inclusive qualquer novo ativo obtido, deduzido de qualquer novo passivo assumido) e (ii) eventuais ganhos ou perdas acumuladas é registrada no resultado.

A partir da data de abertura do IFRS, acima mencionada, não ocorreram eventuais ganhos/perdas com relação aos instrumentos patrimoniais.

vii. Baixa de Passivos financeiros

A SBGR baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

viii. Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exclusivamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros, estimados durante a vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou o custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera perdas de crédito esperadas e inclui custos de transação, prêmios ou descontos e taxas pagas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

ix. Instrumentos de Patrimônio

Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contenham uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciem um interesse residual no patrimônio líquido do emissor.

Geralmente, todos os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo através de resultados, exceto nos casos em que a Administração da SBGR tenha eleito, no momento do reconhecimento inicial, a designação irrevogável de um investimento de patrimônio pelo justo valor por meio de Outros Resultados Abrangentes.

x. Passivos Financeiros

A SBGR baixa um passivo financeiro quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. Nesse caso, um novo passivo financeiro é reconhecido ao valor justo com base nos termos modificados. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e o novo passivo financeiro com termos modificados é reconhecida no resultado.

xi. Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas da seguinte forma:

- ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a SBGR espera receber;

- ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;

xiii. Ativos modificados

Se os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados ou um ativo financeiro existente é substituído por um novo ativo devido a dificuldades financeiras do devedor, é necessário avaliar se o ativo financeiro deve ser baixado e as perdas de crédito esperadas são mensuradas da seguinte forma:

- Caso a reestruturação esperada não resulte em perda do ativo existente, os fluxos de caixa esperados e advindos do ativo financeiro modificado são incluídos no cálculo das insuficiências de caixa do ativo existente.

Em reunião realizada em 2 de fevereiro de 2018 os representantes dos sócios, aceitaram a renúncia do Sr. Luiz Otávio Ribeiro, como Presidente do Conselho Consultivo e Jeffrey Scott Stein membro sem designação específica do Conselho Consultivo, e elegeram o Sr. Miguel Gomes Ferreira como Presidente do Conselho Consultivo e a Srs. Dolores Ybarra Castaño como membro do Conselho Consultivo sem designação específica, para cumprirem mandato complementar vigente até março de 2018.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$2,2 bilhões (31/12/2017 - R\$2,1 bilhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2018 foi de R\$295 milhões (31/12/2017 - R\$276 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos totais atingiram R\$2,3 bilhões (31/12/2017 - R\$2,2 bilhões). Desse montante, destacamos, R\$2 bilhões (31/12/2017 - R\$2 bilhões) são representados por Ativo Intangível. Em 31 de dezembro de 2018, os passivos totais atingiram R\$922 milhões (31/12/2017 - R\$69 milhões). Desse montante, destacamos, R\$49 milhões (31/12/2017 - R\$33 milhões) são representados por Provisões e R\$24 milhões (31/12/2017 - R\$31 milhões), são representados por Passivos Fiscais Correntes. Colocamos-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

Os Administradores

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2017	
Composição:	Custo	Depreciação Acumulada
Móveis e utensílios	3.755	(1.058)
Máquinas e Equipamentos	2.200	(1.163)
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	4.485	(1.209)
Total	10.500	(3.430)
	01/01 a 31/12/2018	
Saldos no Início do Período	Custo	Depreciação Acumulada
Adições	1.629	-
Depreciação	-	(1.037)
Doações	8	-
Baixas (1)	(4.348)	1.329
Saldos no Fim do Período	7.789	(3.138)
	01/01 a 31/12/2017	
Saldos no Início do Período	Custo	Depreciação Acumulada
Adições	10.694	(2.304)
Depreciação	46	(1.254)
Baixas	-	(128)
Saldos no Fim do Período	10.500	(3.430)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ativo tangível.

b. Ativo Intangível

	31/12/2018	
Composição:	Custo	Amortização Acumulada
Agio Aquisição de Carteira de Clientes (2)	2.023.980	-
Softwares	23.790	(9.945)
Total	2.047.770	(9.945)

	31/12/2017	
Composição:	Custo	Amortização Acumulada
Agio Aquisição de Carteira de Clientes (2)	2.023.980	-
Softwares	23.783	(5.912)
Total	2.047.763	(5.912)

	01/01 a 31/12/2018	
Saldos no Início do Período	Custo	Amortização Acumulada
Adições	2.047.763	(5.912)
Amortizações	-	46
Outras Movimentações	-	(4.363)
Saldos no Fim do Período	2.047.770	(9.945)

	01/01 a 31/12/2017	
Saldos no Início do Período	Custo	Amortização Acumulada
Adições	2.046.467	(3.968)
Amortizações	1.656	-
Baixas	(360)	(1.951)
Outras Movimentações	-	89
Saldos no Fim do Período	2.047.763	(5.912)

(1) Em 2018 ocorreu a venda de ativo tangível no valor de R\$125.

(2) Em 2013 a SBGR, concluiu a operação de compra do negócio de gestão de terceiros. O valor dos ativos totais adquiridos foi de R\$5 milhões, o valor da aquisição total do negócio de gestão de terceiros correspondeu a R\$2.029 milhões, sendo que o ativo intangível foi estimado em R\$2.024 milhões.

c) Metodologia de estimação de "Impairment"

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ativo permanente é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa é preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada pela Administração, considerando como uma unidade geradora de caixa, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação.

Principais Premissas:	31/12/2017	31/12/2018
Bases para Determinação do Valor Recuperável		
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa (1)	5 Anos	5 Anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	4%	5,1%
Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) (2)	16,1%	12,9%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e condições de mercado tais como o crescimento dos negócios, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto aplicada no cálculo do valor presente dos fluxos de caixas, foi calculada de acordo com o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que considera o custo do capital próprio e o custo da dívida após impostos. A taxa de desconto antes dos impostos em 31/12/2018 foi de 17,2% (em 31/12/2017 8,2%).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ativo permanente em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

6. Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares

a) Saldos Patrimoniais das Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares	31/12/2018	31/12/2017
Fônias e 13º Salário a Pagar	2.454	2.847
Bônus e Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)	34.939	23.181
Outros	4	55
Total	37.394	26.083

b) Movimentação das Provisões Trabalhistas e Obrigações Similares	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial	26.083	22.399
Constituição	36.101	43.852
Realização	(23.213)	(40.168)
Reversão	(1.577)	-
Saldo Final	37.394	26.083

7. Instrumentos Financeiros	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	365	978
Obrigações a Pagar	365	978

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores e contas a pagar a coligadas, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos por qualquer perda ou redução do valor recuperável.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas das demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

Instrumentos Financeiros por Categoria
Os instrumentos financeiros estavam assim resumidos:

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos de Dívidas (Nota 4)	190.543	32.331
Recebíveis de Clientes (1)	57.191	56.086

(1) O saldo da rubrica "Recebíveis de Clientes" é composto por valores a receber de fundos de investimentos decorrente de gestão e previdência.

Passivos Financeiros - Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações a Pagar	365	978

Valor justo dos ativos e passivos financeiros
Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos: Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados. Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (do qual não observáveis).

Gerenciamento de Riscos
A gestão de riscos da Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. é realizada de forma similar ao processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital da empresa e de seus clientes e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. está exposta, principalmente, aos seguintes riscos:

Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as aplicações de caixa da empresa, normalmente integralmente mitigado.

Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos; prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio.

Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo de suporte à diretoria da instituição e inclui diretrizes, políticas, implementação de processos, monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislações aplicáveis a cada área de negócios.

Risco de reputação é a exposição decorrente de notícias negativas que possam influenciar a opinião pública negativamente em relação a marca e aos fundos de investimento sob gestão, independentemente desta notícia se basear em fatos verídicos.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.

8. Passivos Fiscais Correntes

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos a Recolher de Terceiros	2.319	5.133
Impostos sobre Serviços a Pagar Próprios	8.270	4.183
Impostos sobre o Lucro a Pagar	25.304	22.020
Outros	6.359	-
Total	42.252	31.336

9. Provisões para Processos Judiciais e Outras Provisões

a) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Outras Provisões	31/12/2018	31/12/2017
Ações Trabalhistas	3.973	455
Provisões a Pagar Coligadas (Nota 18.e)	7.600	6.654
Total	11.573	7.112

b) Movimentação dos Processos Judiciais e Outras Provisões	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Saldo Inicial	7.112	-
Constituição	40.456	50.099
Realização	(10.424)	(7.144)
Reversão	(25.660)	(35.807)
Atualização Monetária	189	24
Saldo Final	11.573	7.112

c) Passivos Judiciais Classificados como Risco de Perda Possível
As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$6.520. Não houve ações de natureza civil e fiscal com classificação de perda possível.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social	31/12/2018	31/12/2017
O Capital Social em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 2.029.194 mil cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, todas de domiciliados no exterior.		

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
Os dividendos são apurados e pagos com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, e desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	31/12/2018	
	Em milhares de reais	Reais por milhares de cotas
Dividendos Intercalares (1)	10.000	4,928
Dividendos Intercalares (2)	10.000	4,928
Dividendos Intercalares (3)	3.000	1,478
Dividendos Intermediários (4)	6.979	3,439
Juros sobre Capital Próprio (1)	38.000	18,266
Juros sobre Capital Próprio (2)	35.000	17,242
Juros sobre Capital Próprio (3)	38.000	18,266
Juros sobre Capital Próprio (4)	28.021	13,809
Total	160.000	80,928

(1) Deliberados pelos sócios em 7 de dezembro de 2018. O pagamento foi realizado em 10 de dezembro de 2018.

(2) Deliberados pelos sócios em 27 de setembro de 2018. O pagamento foi realizado em 28 de setembro de 2018.

(3) Deliberados pelos sócios em 28 de junho de 2018. O pagamento foi realizado em 29 de junho de 2018.

(4) Deliberados pelos sócios em 28 de março de 2018. O pagamento foi realizado em 29 de março de 2018.

	31/12/2017	
	Em milhares de reais	Reais por milhares de cotas
Dividendos Intercalares (1)	25.000	12,302
Dividendos Intercalares (2)	55.000	27,104
Dividendos Intercalares (3)	25.000	12,302
Dividendos Intermediários (4)	18.283	9,010
Juros sobre Capital Próprio (1)	30.000	14,782
Juros sobre Capital Próprio (2)	45.000	22,173
Juros sobre Capital Próprio (3)	35.000	17,242
Juros sobre Capital Próprio (4)	21.717	10,703
Total	255.000	126,621

(1) Deliberados pelos sócios em 14 de dezembro de 2017. O pagamento foi realizado em 15 de dezembro de 2017.

(2) Deliberados pelos sócios em 13 de outubro de 2017. O pagamento foi realizado em 16 de outubro 2017.

(3) Deliberados pelos sócios em 22 de junho de 2017. O pagamento foi realizado em 23 de junho de 2017.

(4) Deliberados pelos sócios em 3 de abril de 2017. O pagamento foi realizado em 05 de abril de 2017.

c) Resultados não Distribuídos

Os resultados apurados no balanço anual terão a destinação que lhes resolverem dar os sócios, mediante deliberação dos sócios, sendo admitida a distribuição de lucros não proporcional à participação dos sócios no capital social, observando-se, em qualquer hipótese, o quórum de deliberação. Na distribuição de lucros não necessariamente se observará a proporção da distribuição do capital social entre os sócios.

11. Receita Líquida de Prestação de Serviços

Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receita Bruta	547.443	495.348
Menos:	(9.051)	(8.173)
PIS (Nota 13)	(41.691)	(37.647)
ISS (Nota 13)	(15.806)	(9.907)
Receita Líquida	480.895	439.621

12. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Despesas com Pessoal (Nota 13)	73.686	59.624
Outros (Nota 13)	1.286	1.155
Total	74.972	60.779

13. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado

A Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. apresentou a demonstração de resultado utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentado a seguir:

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas com Prestação de Serviços (Nota 11)	547.443	495.348
Custos Serviços Prestados (Nota 12)	(1.286)	(1.155)
PIS (Nota 11)	(9.051)	(8.173)
COFINS (Nota 11)	(41.691)	(37.647)
ISS (Nota 11)	(15.806)	(9.907)
Despesa com Pessoal (Nota 12)	(73.686)	(59.624)
Convênio Operacional (Nota 14&19.f)	(2.924)	(3.843)
Rateio de Custos Globais (Nota 14&19.f)	(9.090)	(10.606)

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Compartilhamento de Infraestrutura Banco Santander Brasil (Nota 14&19.f)	(2.444)	-
Gestão Fundo Global Equities (Nota 13&19.f)	(515)	-
Despesas com Depreciação e Amortização (Nota 14)	(4.740)	(3.205)
Despesas com Prestadores de Serviços (Nota 14)	(14.289)	(11.627)
Despesas com Aluguel (Nota 14)	(1.281)	(3.744)
Outras (Nota 14)	(2.913)	(2.893)
Outras Receitas e Despesas (Nota 15)	(2.562)	-1.397

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Receitas Financeiras com Aplicações em Compromissadas e Certificados de Depósitos a Prazo (Nota 16)	8.329	6.723
Outras Receitas e Despesas Financeiras (Nota 16)	(259)	6
Despesas com IRPJ e Contribuição Social (Nota 17)	(78.565)	(74.750)
Total de Receitas e Despesas	294.599	276.300

14. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Despesas com Prestadores de Serviços (Nota 13)	14.269	11.627
Despesas com Aluguel (Nota 13)	1.281	3.744
Depreciação (Nota 5.c&13)	1.037	1.254
Amortização (Nota 5.c&13)	3.703	1.951
Convênio Operacional (Nota 18.e&13)	2.924	3.843
Rateio de Custos Globais (Nota 18.e&13)	9.090	10.606

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Compartilhamento de Infraestrutura Banco Santander Brasil(13&19.f)	2.444	-
Gestão Fundo Global Equities (Nota 13&19.f)	515	-
Outras (Nota 13)	2.913	2.893
Total	38.176	35.913

15. Outras Receitas (Despesas)

	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2017
Outras Receitas	3.371	2.294
Convênio Operacional (Nota 18.e)	997	997
Vari		